

ENTRE O ÓBVIO E O ESCAMOTEADO

o futebol (masculino) em tempos de Copa

Wagner Xavier Camargo

Pós-doutorando em Antropologia
Universidade Federal de São Carlos
Bolsista FAPESP

Estamos em plena realização da Copa do Mundo de Futebol – da categoria masculina, frise-se bem! – e ainda há quem preconize o seu não acontecimento. Entre discussões acaloradas, debates públicos ou opiniões críticas (afinal, além de milhares de “técnicos/as de futebol”, temos agora “críticos/as da Copa”), comenta-se sobre gastos com estádios, legados posteriores, esquemas de segurança, aumento de preços de hotéis e de mercadorias de consumo, ingressos inexistentes e sobre a (famigerada) política de autobeneficiamento da toda poderosa FIFA. Em que pese tudo isso ser importante e estar em pauta, este texto trata de questões outras, que se encontram escamoteadas, escondidas ou são invisíveis no futebol e na Copa.

O futebol, como esporte nobre/burguês em suas origens e logo tornado popular, encampou valores sociais e morais, disseminados por inúmeras instituições sociais, que se fossilizaram: e estes eram brancos, masculinos e cristãos. Se as práticas esportivas eram realizadas apenas por homens, “naturalizou-se”, assim, que o futebol deveria ser masculino e, sobretudo, viril. Os efeitos (catastróficos) desta pressuposição lá do passado se fazem presentes ainda hoje, quando são identificados discursos e práticas corporais distintas das atreladas apenas ao restritivamente “masculino”. Daí sempre se depreendeu que corpos futebolísticos, que corriam, suavam e se sujavam nos gramados deveriam ser masculinos, grosseiros, rudes e tais adjetivações se projetavam de volta nas expectativas sociais sobre indivíduos praticantes, de futebol e também de esportes.

Obviamente, o campeonato que agora acontece no Brasil é da categoria masculina (em que pese isso nunca ser frisado em propagandas televisivas). A edificação da Copa enquanto um “espaço reservado masculino” – lembrando da designação de Eric Dunning (1992) em respeito ao esporte – serve à hegemonia da “masculinidade” como modelo a ser seguido, à reprodução do machismo (ideologia que prega a hierarquia entre homens e mulheres) e da heteronormatividade (que toma a heterossexualidade como norma), e ao endosso do patriarcado, enquanto modelo monolítico, um sistema político “quase místico, invisível, trans-histórico e trans-cultural, cujo propósito seria oprimir as mulheres.” (Piscitelli 2002: 7). Tudo isso em detrimento de feminilidades e outras masculinidades, ou ainda sob fria desconsideração de

outras expressões ligadas às sexualidades performatizadas no social: mais ou menos femininas, mais ou menos masculinas, mais ou menos trans, mais e menos ao mesmo tempo.

Portanto, é sintomático perceber que na “cultura global do futebol” (as aspas pretendem pôr em suspensão a ideia de homogeneidade do fenômeno em termos “globais”) muitos destes valores hegemônicos ligados a corpos futebolísticos masculinos são reproduzidos e reforçados – mesmo por corpos outros que não são ou se pretendem masculinos. E, dentre tais valores, o machismo *incorporado* (se tomarmos as prerrogativas bourdieanas como pressuposto) é institucionalizado: haja vista que o futsal e o futebol “feminino”, apenas a título de exemplos, são expressões menores, não valorizadas ou desdenhadas por muitos que tomam o futebol masculino de campo como “a referência” *per se*. Isso no nível de comparação entre “futebóis”, sem levar em conta outros esportes.

Como pano de fundo escamoteado está a heteronormatividade e a crítica a ela é relativamente recente, vinda na esteira de uma série de denúncias contra tais espaços masculinos, seja nos esportes em geral ou no universo do futebol em específico. As críticas feministas a partir dos movimentos de liberação sexual dos anos 1960-70 foram as responsáveis pelo redimensionamento do olhar e de práticas sociais que se colocavam cristalizadas, particularmente em sociedades ocidentais. Os ventos de mudança, que reconsideravam corpos, vozes, desejos e espaços femininos (mas também masculinos), igualmente atingiram o mundo dos esportes. Pressupunha-se àquela época (e talvez, de certo modo, até hoje se pressupõe) que “machos” que praticassem esporte tinham que ser heterossexuais, além de masculinos, fortes, viris – além de desempenharem o que Adrienne Rich (1999) chamou de “heterossexualidade compulsória”. Isto é, corpos que deveriam ter desejos orientados para o sexo oposto (no caso, para mulheres). A denúncia contra essa (hetero) norma instituída atualmente está cada vez mais pujante. Por todas essas problematizações, o futebol não tem (ainda) como ser diferente na contemporaneidade. Tanto em terras brasileiras, como no resto do mundo, valoriza-se demasiadamente o “futebol masculino” de campo como padrão, protegendo-o como espaço do macho, que, obviamente, deve ser heterossexual.



Voluntário-atleta nos VIII Gay Games, Colônia-2010

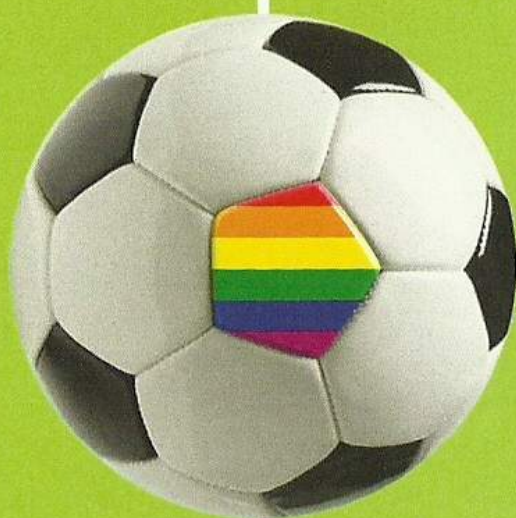
Por trás desses valores afirmativos que se pretendem hegemônicos parece haver, em certos âmbitos locais, “resistências”. Mesmo no Brasil há reações distintas no tocante às sexualidades de jogadores de futebol. Por exemplo, o goleiro do Palmeira Futebol Clube da Una de Goianinha (RN) declarou-se homossexual e tornou-se ídolo da torcida da pequena cidade que o clube representa (Kneipp, 2010). Entretanto, sabemos que a temática homossexualidade ainda é tabu no futebol e isso tudo ainda é muito pouco no masculinizante universo futebolístico ou esportivo.

Certa vez, em meio a um debate num fórum sobre esportes, alguém indagou sobre ações que poderiam ser realizadas no tocante a todas estas problemáticas, a fim de tornar o futebol um espaço mais acessível e inclusivo. A despeito de ter minhas reservas acerca da “inclusão” e das “receitas que dão certo”, resolvi tecer comentários críticos, os quais partilharei neste espaço. Registraria, apenas, que quaisquer que forem as ações a serem desenvolvidas, elas não precisam ser excludentes ou encadeadas por etapas ou em ordem hierárquica. Podem ocorrer paralela ou simultaneamente.

Algo essencial é desconstruir as noções binárias de gênero no âmbito educacional, tanto em aulas convencionais como no espaço da própria Educação Física Escolar. Desde cedo é importante não frisar que há tarefas, brincadeiras ou jogos de meninos e de meninas (aliás, essas são categorias rígidas demais em se tratando da formação do indivíduo). O mundo das orientações sexuais é muito mais diverso do que prescrevem esses dois polos. No futuro, tais rótulos se tornarão perigosos e se condensarão em posturas/conduas estereotipadas e preconceituosas em relação a corpos "desviantes" da norma instituída.

Outra ação efetiva seria uma campanha massiva nos meios de comunicação contra a homofobia, a misoginia (aversão a mulheres) e racismo (desagravo a todos os não brancos). Algo iniciante já se materializou, largamente na Europa, através das campanhas antirracistas (ainda efêmeras no resto do mundo), particularmente no universo dos campeonatos europeus de futebol. Mas não vemos, em geral, ações de amplo espectro sobre maior aceitação das mulheres nos esportes ou de acolhimento do diferente (lembre-se que o corpo da pessoa com deficiências nos esportes é, em geral, aceito com certa resignação e muita pena). É importante que se desenvolvam intervenções sobre outros gêneros, outras corporalidades e outras sexualidades.

Fußball



ist nicht nur
schwarz & weiß...

Folder da Campanha Alemã contra a Homofobia no Futebol ("Futebol não é só preto e branco")

Os dirigentes esportivos, por sua vez, deveriam estimular uma atmosfera de confiança, respeito à diversidade e reciprocidade nas equipes e clubes. Assim, atletas intersexuais, transgêneros e transgêneras, bissexuais, gays e lésbicas teriam espaço para se desenvolverem também afetiva e socialmente, sem medos ou receios para com técnicos/as, equipe e outros/as atletas. Eles poderiam desenvolver ações pontuais em seus clubes, visando, sobretudo, construir um local de acolhimento e respeito mútuos.



Integrante delegação tailandesa nos VIII Gay Games, Colônia-2010

No tocante às empresas, essas poderiam romper com tabus instituídos comercialmente sobre corpos e sexualidades divergentes das normativas e deveriam propor peças publicitárias, anúncios de televisão ou venda de materiais esportivos a partir de corpos andrógenos, feminilizados, masculinizados, mutilados, obesos, tatuados, protetizados, siliconados e “coloridos” (ou multiétnicos). Já houve várias iniciativas interessantes nesse sentido, ainda marginais e pouco abrangentes. Elas precisam apenas aumentar em número.



North American OutGames, Vancouver-2011

Uma importante ação prática é trabalhar contra o machismo num dos espaços de maior reprodução (e de desejo de consumo dele): as torcidas de futebol. Principalmente nas chamadas "torcidas organizadas" há um prevalente espaço reservado à expressão máxima do masculino, do macho torcedor, que se caracteriza como um espaço radical, de intolerância e não aceitação em relação ao diferente. Parte-se de um pressuposto que os torcedores partilham valores (somente intrínsecos a eles) e estão ali, homogeneamente aglomerados, para torcer. E isso é um equívoco.



101

Foto da torcida Coligay, do Grêmio, anos 1970-80. Créditos : Ricardo Chaves.

No que diz respeito à situação das mulheres no futebol, há ainda um longo percurso até o reconhecimento e a valorização de suas práticas futebolísticas. Primeiro, precisam deixar de ser invisíveis (para o público, para a televisão, para as empresas e para elas mesmas). Esse último aspecto implica na

segunda consideração: elas necessitam buscar outros modelos de performance atlética, pois atualmente o futebol “feminino” (coloco entre aspas porque não aprecio tal designação) deve buscar se desenvolver como prática autônoma, não como clone do futebol masculino. Isso o possibilitaria sair das sombras desse último e galgar uma real e distinta prática para a constituição de um “futebol praticado por mulheres”.

Os sujeitos LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros/as), por sua vez, têm tarefas mais árduas para resolver e, na comparação com “mulheres” e “deficientes” (perdoem-me a generalização aqui necessária), ficam no último posto das agendas sociais. Há preconceitos históricos instituídos que não vão desaparecer tão rapidamente, principalmente sobre corpos que não encampam a sexualidade heteronormativa ou performatizam a masculinidade hegemônica. Algo que realmente poderia alavancar a presença LGBT nos esportes – ou, mais especificamente, no futebol – seria a visibilização (independente de rótulos) de um/uma grande atleta (ou atletas, por que não?) sobre sua(s) orientação(ões) sexual(is). Acerca deste aspecto, pensei dias atrás, por conta da onda de reportagens sobre a comemoração dos 20 anos da morte de Ayrton Senna: imagine-se se uma figura como ele se declara não heterossexual e, mesmo assim, continua em plena atividade, mantendo patrocínios e contratos. Também considerei, especulativamente, claro, se uma das propostas do Bom Senso Futebol Clube houvesse sido o apoio à “saída do armário” de alguns/mas jogadores/as e o incentivo à presença de cotas para LGBT no futebol nacional.

Mediante tais problemáticas e reconsiderações, talvez o que seja óbvio e naturalizado hoje, passe a ser questionado e reelaborado no futuro. E o que é escamoteado e considerado “errado”, “pernicioso”, “proibido”, “vergonhoso” passe a ganhar status efetivo de possibilidade. Isso transformaria o futebol; isso transmutaria o esporte; isso nos daria outra Copa, em outras dimensões não tão excludentes ou tão exclusivas. Afinal, o futebol é (e deve ser) só uma prática esportiva e cultural como outra qualquer.

Referências Bibliográficas

DUNNING, Eric. 1992. “El Deporte como coto masculino”. In: ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. *Deporte y Ocio en el Proceso de la Civilización*. México: Fondo de Cultura Económica. p. 323-342.

KNEIPP, Marina. 2010. “Goleiro assume homossexualidade e enfrenta preconceito no interior do RN”. Disponível em: <
<http://globoesporte.globo.com/futebol/noticia/2010/10/goleiro-assume-homossexualidade-e-enfrenta-preconceito-no-interior-do-rn.html> >. Acesso em: 10 out.2010.

PISCITELLI, Adriana. 2002. “Re-criando a (categoria) mulher?”. In: Algranti, Leila Mezan. (Org.). *A prática feminista e o conceito de gênero*. Campinas: IFCH/UNICAMP. v. 48, p. 7-42.

RICH, Adrienne. 1999. “La heterosexualidad obligatoria y la existencia lesbiana”. In: M. Navarro; C. R. Stimpson (Eds.). *Sexualidad, género y roles sexuales*. México: Fondo de Cultura Económica. p. 159-211.

103

Wagner Xavier Camargo

Pós-doutorando em Antropologia
Universidade Federal de São Carlos
Bolsista FAPESP
Currículo Lattes